

CAMINHAR PELA CIDADE: EXPERIÊNCIAS DOCENTES EM PATRIMÔNIO E EDUCAÇÃO

Christianni Cardoso Moraes¹

Marcos Vinícius Teles Guimarães²

Partimos de um caso verídico ocorrido no ano de 2011, nas ruas do centro da cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Professor recém-chegado na universidade, ao lecionar a unidade curricular “Bicicleta urbana” no curso de Arquitetura e Urbanismo, promoveu com os estudantes passeios ciclísticos pelas ruas da cidade, com o objetivo de analisar condições e criar estratégias e planos de uso da bicicleta. Os únicos requisitos recomendados para que os discentes se matriculassem na disciplina eram poder andar de bicicleta e comparecer às aulas práticas com uma delas. Um dos estudantes, com cerca de 18 anos de idade, que em sua infância não tivera a oportunidade de aprender a andar de bicicleta, tomou a corajosa decisão de fazê-lo, para estar de posse do saber básico que o permitiria participar das aulas. No primeiro trajeto realizado com a turma e sob orientação do professor, todos se encontravam animados e com os devidos equipamentos de segurança. Inseguro em suas pedaladas, o dito estudante acabou por esbarrar em um retrovisor de carro que se achava estacionado. O dono do automóvel, que nele se encontrava sentado, saiu à rua enfurecido e, aos gritos, exigia que o suposto estrago fosse reparado. O jovem estudante, apavorado, lançou mão de seu telefone celular e ligou para seu pai, pedindo ajuda para solucionar a situação. O pai, muito nervoso, exigiu falar imediatamente com o professor. De posse do telefone, o professor ouviu a indagação realizada, também aos gritos, pelo pai do estudante: “o que é que você está fazendo na rua com seus alunos?” Indagação essa seguida de uma afirmação peremptória: “Lugar de estudante aprender é na sala de aula”. Sem maiores possibilidades de diálogo no momento, o pai desligou o telefone e deu-se por encerrada a comunicação.

Essa história ficou guardada em nossas memórias, sendo lembrada de vez em quando, ao relatarmos situações curiosas que nos aconteceram no trabalho docente. Apesar de o caso inicialmente parecer anedótico e poder até mesmo suscitar algumas risadas, a fala do pai direcionada ao professor nos provoca relevantes reflexões. O ponto de vista do pai nos faz ponderar sobre *onde* e *como* nossos estudantes aprendem e, ainda, *o quê* aprendem. A ideia de que lugar de aprender é na sala de aula e não na rua, guarda um ponto de vista sobre a educação contra o qual nós professores e autores desse artigo trabalhamos, cada qual a seu modo – mas em

diálogo constante – seja na graduação em Arquitetura ou em Pedagogia, seja na pós-graduação ou em nossos projetos de extensão. Nossas concepções se estruturam a partir de vários conceitos e práticas que entram em conflito com o que foi expresso pelo pai no caso aludido. Destarte, tomando como pressuposto que as caminhadas pela cidade e a relação direta com seus patrimônios podem possibilitar relevantes experiências educativas, daremos a ler algumas ações empreendidas em nossa atuação como professores, em atividades extra *campus*, pelas ruas de São João del-Rei e de Tiradentes. Essas cidades nascidas nos setecentos se localizam no campo das Vertentes, interior de Minas Gerais, são destinos turísticos bastante visitados e possuidoras de patrimônios tombados pelos órgãos de proteção municipal, estadual e nacional. Antes de apresentarmos nossas experiências nessas cidades, entretanto, vejamos algumas premissas que norteiam nosso trabalho.

PRESSUPOSTOS DO CAMINHAR PELA CIDADE

Nossa proposta visa a abordar a cidade como um espaço educativo amplo, no sentido de chamar a atenção para o uso do espaço urbano como aquele que permite experiências variadas e, portanto, que propicia o rompimento com pedagogias centradas no acúmulo de informações ou na tentativa estéril de racionalização pura do conhecimento. Dentre as muitas possibilidades de trabalho docente na cidade, para além da sala de aula, destacamos as contribuições de Gadotti; Padilha; Cabezudo (2004) sobre a ideia de “cidade educadora”. A perspectiva da “cidade educadora” considera que todos os espaços nos quais se desenvolvem relações humanas são educativos. Sendo assim,

a educação não pode ser responsabilidade apenas da escola, mas de todas as instituições sociais existentes, e para além destas, de novas iniciativas que venham a ser construídas a partir da organização cidadã de grupos de pessoas, movimentos sociais, entidades civis, ONGs, associações de moradores, grupos culturais, entre outros (ZITKOSKI, 2005, p. 184).

Miranda e Siman (2013) também destacam as potencialidades educativas das cidades e afirmam que elas nos oferecem o suporte espacial para que nossas experiências aconteçam e para que nossas memórias sobrevivam. Na cidade, a vida de cada um encontra, cotidianamente, um porto para ancorar as experiências e memórias no tempo e no espaço. Dessa maneira, as autoras consideram que a cidade é “um espaço para educar em um sentido *lato sensu*. Educar sentidos, sociabilidades, pessoas humanas e, por que não... escolas e professores?” (MIRANDA; SIMAN, 2013, p. 15).

Nesse artigo e em nossa atuação docente, baseamo-nos na noção de experiência. Aportados em Larrosa (2020), entendemos o conceito de experiência como ato de nos educar coletivamente, em busca de mudanças. Criamos possibilidades a partir das quais todos nós, professores e estudantes, “exploramos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a educação a partir do par

experiência/sentido” (LARROSA, 2020, p.16). Sabemos o quão difícil é criar situações de ensino-aprendizagem que possam se tornar significativas aos estudantes em seu processo de formação, tendo em vista que a possibilidade da experiência, tal qual a concebemos, se apresenta cada vez mais rara em um contexto histórico no qual o que se valoriza é o excesso. Em tempos nos quais o que vale é a quantidade e a rapidez, a relação com o saber acaba se tornando superficial e tudo conspira para a impossibilidade da experiência: excesso de informação, excesso de trabalho e falta de tempo. De modo antagônico, consideramos que, para que a experiência aconteça, faz-se necessária a pausa. Justamente nas andanças vagarosas com pausas pela cidade que acreditamos construir coletivamente a possibilidade de um aprendizado no qual corpos, sentidos e mentes se encontram envolvidos e de maneira significativa para que a experiência aconteça, uma vez que:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2020, p. 25).

A partir desses pressupostos e, portanto, contrariando a perspectiva daquele pai mencionado no início desse artigo, reiteramos a relevância das andanças e das pausas, do silenciar e do observar, da escuta atenta, para que as experiências nos aconteçam a partir da imersão na cidade, da relação direta com seus patrimônios. Acreditando contribuir para a formação integral de nossos estudantes, afirmamos que lugar de aprender é, também, caminhando pela cidade e parando para percebê-la com as forças de todos os nossos sentidos. Segundo Fortuna (2018, p. 137), “nas cidades de hoje, o exercício de andar deixou de ser o grande meio de conhecer e pensar o espaço” e caminhar pelas cidades se tornou, em nossas sociedades, uma prática quase que anacrônica. Em livro que também aborda o tema, intitulado *A arte de caminhar*, Coverley (2016) nos leva a conceituar a caminhada não apenas como um ato de locomoção entre um ponto de partida e outro de chegada. Ao descrever histórias de célebres caminhantes-escritores, o autor nos revela as múltiplas possibilidades proporcionadas pela prática do caminhar: ler as paisagens urbanas ou rurais, criar um ato intencional de prazer, momento para exercitar o pensamento, experimentar a liberdade e até mesmo construir o caminhar como um recurso didático. A importância do caminhar pela cidade para a construção do conhecimento também foi reafirmada por Michel de Certeau, para quem a prática em tela “tem com efeito uma tríplice função ‘enunciativa’: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre [...]; é uma realização espacial do lugar [...]; implica relações entre posições diferenciadas” (CERTEAU, 2011, p. 164). Outro caso exemplar trata-se do grupo *Stalker/Observatório Nômade*, que vincula o caminhar à fruição estética. O coletivo busca recuperar o caminhar pelas grandes cidades como possibilidade de descobertas, com especial atenção para os “vazios da cidade”, os espaços indeterminados, periféricos, mutantes. Francesco Careri, um dos cofundadores do grupo e autor das obras *Walkscapes* (2013) e *Caminhar e parar* (2017), afirma que

o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo, no aqui e agora das transformações, compartilhando desde dentro as mutações daqueles espaços que põem em crise o projeto contemporâneo (CARERI, 2013, p. 32-33).

A propósito, em sua atuação como professor universitário, Careri utiliza o “andare a Zonzo”, ou seja, deambular ou “perder tempo vagando sem objetivo” (2013, p. 162), como didática de ensino e possibilidade de pesquisas. Careri defende a importância do caminhar, mas também a necessidade do parar, uma vez que “quem levanta a âncora para uma longa viagem, além das velas e dos remos, leva certamente consigo também a âncora: a possibilidade de parar e conhecer de perto outros territórios e outras gentes” (CARERI, 2017, p. 32-33).

Todos esses autores citados nos levam a refletir sobre a importância de voltarmos a caminhar pela cidade, de parar para senti-la e de utilizarmos dessas caminhadas como experiência de vida e como uma possibilidade também de aprender, um recurso didático. Em nosso caso, a experiência do caminhar pela cidade abrange uma ampla e variada gama de conceitos e dimensões: no que tange ao seu espaço, incluindo os logradouros e edificações, com destaque para os museus, considerando, sobretudo, as relações sociais constituídas na cidade ao longo dos tempos, relações essas muitas das vezes tensas, hierárquicas e excludentes.

Pensar a cidade como espaço aberto onde se aprende implica, dessa forma, a fruição do espaço urbano a partir das caminhadas como meio de apreciação estética e enriquecimento sociocultural. Assim, referimo-nos tanto ao próprio espaço urbano aberto ao céu, ao ar livre, quanto à abertura dos aprendizados e leituras que essas experiências proporcionam. Dessa maneira, a relação direta e a apropriação dos bens patrimoniais a partir de todos nossos sentidos torna-se imprescindível, haja vista que:

O espaço da cidade é o espaço vivido, instituído a partir das maneiras pelas quais as sociedades o utilizam, e como tal possui uma dinâmica própria, em permanente transformação, assim como constantemente se atualizam as relações sociais e simbólicas dos sujeitos que sobre ele atuam (CHAGAS; STORINO, 2014, p. 75).

Procuramos, ainda, pensar os museus em contexto, em suas relações (ou na ausência de relações) com as cidades e comunidades nas quais estão inseridos. Nos espaços de memória erigidos nas cidades, tem-se lugar para aspectos como a manifestação das culturas e a rememoração da ancestralidade, mas também lacunas, pontos obscuros e silenciamentos. Emerge então o sentido de patrimônio, aqui tomado na medida das significações de algo para alguém, ou na relação dos seres humanos com o meio (ver SANTOS, 2008, p. 150). Assim, referimo-nos a algo que herdamos do passado e que deve ser preservado, podendo ser atualizado e cuidado para que não seja destruído – um compromisso ético de conservar heranças para as futuras gerações. Embora as políticas voltadas à preservação do patrimônio no Brasil, que remontam à década de 1930, tenham se debruçado sobretudo ao que se costuma nomear de patrimônio “de pedra e cal”, ou seja, aos bens edificados,

ao longo do tempo essa concepção foi ampliada. A legislação referente ao patrimônio nacional e as pesquisas sobre o tema passaram a integrar os bens de natureza “imaterial” ou o “patrimônio intangível” desde os anos 2000 (FONSECA, 2009). Nesse processo, o irreconhecível, o distante, o oculto, os saberes e as memórias daqueles que foram excluídos historicamente tornam-se objetos de maior compreensão e ganham o direito de reconhecimento e preservação. Esse conceito mais abrangente de patrimônio ganha destaque ao pensarmos o espaço aberto da cidade e todos os que nele circulam e vivem. A partir desses pressupostos, a experiência do aprender ao caminhar concorre para a inserção do sujeito no mundo em que habita, em relação direta com o lugar e tudo aquilo que ele suscita, numa integração do intelectual com o sensorial.

Nesse âmbito, os casos de São João del-Rei e São José (atual Tiradentes), são exemplares. Suas histórias remontam ao início do século XVIII, quando os arraiais se originaram a partir da descoberta de ouro em córregos e encostas das serras circundantes. A rápida elevação da Vila de São João del-Rei à cabeça da Comarca do Rio das Mortes representa a sua importância política no contexto da capitania e a relativa pujança econômica que sustentou mesmo após o declínio da extração aurífera, até pelo menos os finais do século XIX (LENHARO, 1979; GRAÇA FILHO, 2002). Pesem as transformações no tempo, essas cidades figuraram entre os primeiros conjuntos urbanos tombados pelo então SPHAN, depois Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 1938, situação que atualmente se sobrepõe às medidas e políticas a nível municipal (ver DIAS, 2019).

Em São João del-Rei, a dualidade entre a transformação no tempo e uma relativa preservação resultou em um tecido urbano e acervo edificado que atravessam e representam a variedade de períodos históricos pelos quais passou a localidade. Tal fato se expressa na diversidade de estilos arquitetônicos presentes na área central mais antiga e se vê enriquecido pela conformação do espaço urbano (serra, relevo, córrego), respectivos logradouros (largos, praças, pontes), além de casario e edificações de destaque. Ao longo de sua história, São João del-Rei foi e tem sido palco de inúmeras manifestações culturais, ricas em múltiplos simbolismos. Destacamos sua musicalidade expressa pelas bandas e orquestras setecentistas, as festas religiosas, o pré-carnaval e o carnaval, o toque dos sinos, as lendas, saberes populares ancorados na ancestralidade, a culinária local, saberes e produções dos diversos artesãos etc.

O cenário atual de São João del-Rei mostra ainda a permanência da vocação tanto comercial quanto institucional da cidade, com ruas movimentadas, lojas diversas, além de estabelecimentos tanto oficiais como culturais, educativos, de serviço, de saúde, entre outros, que atraem um fluxo variado de pessoas. A cidade é dotada de uma vida própria e amparada por uma abrangência regional, que resiste em boa medida aos processos de “turistificação” (CASTRO; TAVARES, 2016).

Em Tiradentes destaca-se o impacto causado nos núcleos urbanos de interesse cultural, em que um turismo massivo tem causado o afastamento da população e de suas práticas cotidianas, assim como descreveu Choay (2006) para outros contextos geográficos. No que se refere à inserção das cidades na “indústria cultural”, a autora afirma que a “cidade patrimonial”, estando em evidência e ao ser explorada, se mostra

de um lado, iluminada, maquiada, paramentada para fins de embelezamento e midiáticos; de outro, palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos *happenings* que multiplicam o número de visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais (CHOAY, 2006, p. 224).

Algumas cidades tombadas pelo mundo, assim transformadas e exploradas pela “indústria cultural” acabaram por se esvaziar. A perda de espaço dos moradores da cidade sob a pressão do turismo é uma realidade vivida em Tiradentes e pode ser muito bem observada no documentário *Tiradentes sob óticas* (2016). Nesse documentário, o testemunho de Dona Celina de Almeida Nascimento, presidente da associação de feirantes de Tiradentes, é exemplar. Ao se referir à feira de artesanato local, que antes ocupava o Largo das Forras (praça central) Dona Celina relembra que: “era lá na praça né!? Aí, depois que reformaram a praça, tirou o pessoal da praça e trouxe pra cá [para perto da rodoviária]. Aí, agora, se nós deixar, eles tiram nós daqui também. Nós porque ficamos firmes”. Em outro documentário sobre memórias afetivas de moradores da cidade de Tiradentes, intitulado *Alma da cidade* (2018), D. Leonor da Conceição, uma senhora tiradentina, afirma: “a gente pode andar da Prefeitura até os Quatro Cantos que a gente não vê ninguém da cidade, é só comércio...”. D. Leonor se refere ao fato de os proprietários dos casarões antigos venderem suas moradias (sendo essas casas transformadas em pontos comerciais) e se mudarem para bairros mais periféricos da cidade, fenômeno que também foi estudado por Zolini (2007). Essa especulação imobiliária vivida nos centros antigos das cidades tombadas pelos órgãos de preservação do patrimônio aumenta a pressão sobre os moradores e eles acabam por vender suas casas centenárias, passando a habitar as periferias, em um processo conhecido como “gentrificação” (BATALLER, 2012). Ainda recorrendo às palavras de Choay, podemos dizer que o fenômeno de transformação do patrimônio em “culto” traz efeitos secundários e perversos, pois acaba por ameaçar as práticas patrimoniais “de autodestruição pelo favor e pelo sucesso de que gozam: mais precisamente, pelo fluxo transbordante e irresistível dos visitantes do passado” (CHOAY, 2006, p.227). Nesse ínterim, a paisagem se transforma, seja com o excessivo controle de uma imagem estática ou nostálgica, em todo caso artificial, seja com novos padrões de consumo, fluxo e uso do espaço. Tal artificialidade, causada por fatores heterônomos ao modo de vida local, termina por se associar também a um processo de “museificação” do espaço urbano (RUY; ALMEIDA, 2020).

Para nós, entretanto, a utilização do espaço das cidades tem conotação mais bem positiva, na perspectiva precisamente da valorização das culturas existentes, acreditando que as cidades tomadas aqui como casos exemplares ainda sustentam um importante potencial nesse sentido, tanto sob o ponto de vista do turismo, quanto sob o ponto de vista das experiências que podem oferecer àqueles que nela habitam ou simplesmente caminham por suas ruas.

PRÁTICAS EDUCATIVAS: ENTRE MOVIMENTO E PAUSAS

Partimos da ideia de que nossas aulas e projetos de extensão “devem apontar para uma ação multidisciplinar que enfoque as diferentes maneiras humanas de ser, de estar no mundo e de construção e reconstrução das múltiplas realidades” (SANTOS, 2008, p.32). Em nosso

caso, acionamos conhecimentos e colocamos em diálogo referências das áreas de Educação, Arquitetura, História e Patrimônio. A preparação das atividades nas ruas ou em museus inclui aulas expositivas amplamente ilustradas com mapas, plantas, fotografias e documentários em que se destacam os processos de formação urbana e a transformação da arquitetura e de outros aspectos do patrimônio (tangível e intangível) ao longo do tempo. Sobretudo, ganhar as ruas com atividades fora dos muros da universidade é imprescindível.

Os trabalhos práticos realizados pelos estudantes envolvem uma série de dinâmicas de experimentação do espaço urbano, do acervo arquitetônico, de espaços museais, de experiências culturais e interlocução com moradores da cidade. Promovemos visitas mediadas com paradas estratégicas para ouvir os estudantes sobre suas percepções, observar aspectos de interesse, tecer explicações e discutir dúvidas, chamar atenção para o que não está ali, o que foi relegado ao esquecimento, incluindo momentos de pausa para pura observação em silêncio, de descanso, ou ainda de degustação de comidas locais (Figura 1).



Figura 1. Caminhada noturna com estudantes. Rua Santo Antônio, São João del-Rei, 2018.
Foto: Christianni Morais.

Nas ruas e outros logradouros, criamos percursos gerais que atendam a variados interesses e, ao mesmo tempo, abarquem dimensões diversas da história urbana e do espectro arquitetônico definido pelos diferentes períodos estilísticos. Apesar da dificuldade em se estabelecer uma relação estritamente cronológica na rota, em São João del-Rei é possível, por exemplo, começar

próximo à área de mineração no sopé da serra, acessar as ruas principais do núcleo colonial e imperial, rumar para a Estação Ferroviária, passando por exemplos da arquitetura eclética, até chegar na região mais moderna, em torno da Avenida Tiradentes. Cabe lembrar, entretanto, que o tecido arquitetônico dessa cidade é bastante heterogêneo e, portanto, permeado por intervenções de épocas diversas. Se, por um lado, perde-se com a fragmentação dos conjuntos urbanos, por outro lado são facilitadas as comparações diacrônicas enriquecedoras da experiência.

Outros percursos são desenhados em função de tópicos temáticos definidos por períodos históricos e respectivas técnicas e materiais construtivos (GUIMARÃES, 2020). As visitas mediadas a trechos urbanos e obras de interesse previamente selecionadas figuram como importantes recursos de suporte às atividades. Em certas ocasiões, são propostos ainda trajetos mais específicos a serem contemplados pelos grupos de estudantes (Figura 2).



Figura 2. Trajetos em São João del-Rei para realização de trabalho prático.
 Fonte: Trajetos estabelecidos pelos autores. Mapa de fundo obtido a partir de Googlemaps, 2019.
 Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.1352335,-44.2573681,16z>
 Acesso em: 24/09/2021

Os diferentes estilos arquitetônicos e respectivos sistemas construtivos são então observados, o que implica a experiência inclusive do interior das edificações. Em momento posterior, as experiências são finalmente compartilhadas, o que possibilita o cruzamento e a sinergia das informações com atividades de pós-visita em seminários realizados pelo coletivo de estudantes. A nível da paisagem, é solicitada a elaboração de mapas conceituais e colagens, abrangendo os principais elementos de referência na formação da cidade, desde a sua fundação até os tempos modernos. (Figura 3)



Figura 3. Exemplo de representação da cidade com indicação de elementos de referência produzido por estudantes. São João del-Rei, 2016.
Fonte: Acervo Marcos Guimarães

Tal atividade possibilita a identificação de elementos de força estética e histórica na cidade, sintetizando-os em uma representação multidimensional. Além disso, fotografias antigas são comparadas com o cenário atual, com ênfase para as transformações e permanências. O exercício de localizar cenas e edificações a partir de cópias de fotografias antigas, comparando o contexto anterior com o atual, é muito bem aproveitado pelos participantes (Figura 4).



Figura 4. Foto dentro da foto: produção de uma professora em curso de extensão no Largo do Tamarandé. São João del-Rei, 2016.
Fonte: Acervo Christianni Morais.

A atividade nomeada de “foto dentro da foto” permite a comparação entre temporalidades distintas e a percepção das noções de permanência e ruptura na história da cidade ao longo do tempo. A observação *in loco* das edificações que se encontram nas fotos mais antigas em contraste com aquelas que foram construídas mais recentemente com “ares” antigos, gera intenso debate.

Esses trabalhos práticos possuem como objeto as cidades de São João del-Rei e Tiradentes, com o intuito de abranger os distintos aspectos de sua história e de seu patrimônio. Há várias possibilidades de experiências, dentre elas interpretar as exposições museais e analisar as edificações com desenhos e indicação de elementos estilísticos. Nas visitas mediadas aos centros antigos dessas duas localidades, são contemplados pontos de interesse específicos como o Museu Regional de São João del-Rei, o Museu Casa de Padre Toledo em Tiradentes e os casarões dos escritórios técnicos que sediam o IPHAN.

Muitos de nós desenhávamos quando crianças e, ao longo da vida, paramos de desenhar e acreditamos que não somos mais capazes de fazê-lo. Realizar uma pausa para exercitar o desenho de observação de detalhes arquitetônicos ou de objetos museais é uma possibilidade que favorece a sensibilização do olhar, a fruição estética e traz à tona habilidades adormecidas. Ao fim, a discussão dos participantes a partir de seus próprios desenhos permite a troca de impressões e a elaboração coletiva da noção de patrimônio, como ocorrido com o grupo de professores municipais na atividade realizada no Museu Regional de São João del-Rei (Figura 5).



Figura 5. Professores municipais realizando desenhos a partir de observação no Museu Regional em projeto de extensão. São João del-Rei, 2016. Foto: Christianni Moraes.

Entre as atividades práticas realizadas com os estudantes, destacam-se, ainda, rodas de conversa com pessoas naturais da cidade, detentores de saberes muito antigos. Como exemplo, temos uma aula ministrada pelo artesão sanjoanense Edmar Luiz Batista, que conhece cerca de quinhentas técnicas de bordados e rendas, várias das quais raras nos dias de hoje e em risco de extinção (Figura 6).

A aula versava sobre patrimônio intangível e o que se convencionou nomear de “tesouros humanos vivos” – programa de valorização de mestres de ofícios criado pela UNESCO com objetivo de assegurar condições de transmissão de seus saberes às novas gerações (ABREU, 2009). Na ocasião, o grupo de estudantes do Programa de Mestrado em Educação se encontrou com o artesão no Solar da Baronesa (Centro Cultural da UFSJ), que realizou um relato de sua história de vida e de como foi, ao longo do tempo, aprendendo e ampliando seus saberes. Em um segundo momento, fomos convidados a sua residência no centro antigo, uma estreita casa centenária com fachada de porta e janela – sendo esta protegida por uma rótula. Na sala, Edmar nos brindou com a apresentação de peças de bordados, rendas e uma enorme coleção de acessórios do seu ofício, como agulhas, bilros, dedais, navetes, bastidores, fusos, rocas – de diferentes materiais, épocas e procedências. Ainda foi possível observar as ágeis mãos do artesão na demonstração de técnicas de bordados que correm o risco de se perder, caso esses saberes não sejam ensinados aos mais jovens.



Figura 6. Explicação de técnicas de bordado em visita ao artesão Edmar Luiz Batista. São João del-Rei, 2018. Foto: Christianni Morais.

A partir dessas experiências, a vivência do espaço urbano, arquitetura, personagens e histórias de vida figuram como meio essencial de uma coleta e processamento de dados que acaba por transcender a rotina acadêmica. Um maior conhecimento sobre a cidade em suas diversas dimensões torna-se especialmente significativo para os estudantes que, em grande parte, acodem desde diversas localidades para estudar na universidade. Apesar da limitação aos ditos “centros históricos” e respectivos pontos de referência, as atividades em torno dos trabalhos práticos concorrem finalmente para inserir os participantes no espaço e vida cotidiana das cidades.

Ao longo dos semestres, observamos que as percepções dos estudantes, mesmo entre aqueles que são naturais de São João del-Rei, sofrem modificações positivas com essas experiências. Nos primeiros dias de aula, em rodas de conversa e na realização de escritos pelos estudantes, que nos permitam acessar seus conhecimentos prévios, as concepções sobre os conceitos de cidade, de patrimônio e/ou de museu e suas experiências com relação aos espaços de cultura e memória se mostram por vezes limitadas.

Moro numa cidade pequena, conhecida na região pela tradicional festa do morango. A cidade apresenta uma arquitetura muito simples, como a maioria das cidades pequenas, possui uma praça e uma igreja no centro, que apesar de simples muito bonita. Possui um relevo bastante montanhoso, nessas montanhas é possível avistar as cidades vizinhas. No turismo a

cidade oferece um espetáculo verde, pertencendo ao circuito das Serras Verdes do Sul de Minas (N.M.R., 2011).

A palavra museu é algo que, seja na televisão, na escola, em grupo de amigos, ou por qualquer outro meio que ouvimos ser dita, nunca nos explicam o seu verdadeiro sentido, para que serve, o que tem lá dentro, quem pode visitar, quanto paga, ou até mesmo que roupa vestir ao ir a um museu. Essas e outras questões não me foram apresentadas durante minha vida escolar, nunca fui a um museu com a escola (P.D.C., 2017).

Dentre as ressignificações elaboradas pelos estudantes, destacamos as mudanças em relação à noção de patrimônio, com ampliação para além do patrimônio tangível, bem como a percepção da sutileza e efemeridade do patrimônio intangível, revelada nas palavras de dois discentes:

Será patrimônio histórico apenas um objeto ou monumento antigo presente em museus ou praças públicas com a finalidade de rememorar algum acontecimento do passado? Isso é o que eu pensava antes de cursar a disciplina [...]. Minha visão acerca do assunto era muito delimitada visto que eu nunca havia tido um ensino voltado para o patrimônio, sendo que, assim como eu, boa parte da população também nunca teve (A.S.B., 2019). Depois da roda de conversa no Solar, pudemos ver o artista Edmar em ação na sua casa. Ao ver e tocar as rendas e bordados que ele fazia, e que era mestre ao fazê-las, compreendemos o seu medo partilhado de que aquele seu ofício se perdesse. Em vários momentos de nosso encontro, Edmar revela essa grande preocupação em relação ao futuro de todo conhecimento que ele detinha e a vontade de transmiti-lo a outras pessoas para que este patrimônio intangível não morresse com ele. Estar exposto àquela diversidade de trabalhos magníficos, saber que foram feitos pelas mãos de uma única pessoa, e que esta pessoa talvez seja a única que conheça as técnicas para desenvolvê-los, nos dá a dimensão da efemeridade do tempo, da fragilidade do nosso patrimônio e da necessidade de preservá-lo (J.J.S., 2018).

Essas experiências com os patrimônios vividas em nossas unidades curriculares possibilitam aos estudantes repensar também o conceito de Museu, conforme as afirmações apresentadas por uma estudante em seu relatório final, referindo-se à visita mediada realizada no Museu Regional de São João del-Rei:

Minha visão a respeito do museu não diferia da maioria das pessoas, pois culturalmente crescemos sem este tipo de prática e as escolas também não trabalham questões tão pertinentes, o que acaba por tirar o direito de termos contato com algo tão essencial para nossa formação. Até o dia 15 de junho de 2015, dia que ficará marcado em minha vida, nunca tinha tido essa oportunidade. (...) Mesmo que para mim esta oportunidade tenha vindo um pouco tarde, com certeza foi uma experiência muito enriquecedora (...). Foi uma experiência única poder ter tido a oportunidade de me aproximar de peças tão únicas (...) me proporcionou a experiência de viajar a outros tempos e mundos. (A.L.S., 2015).

A preparação das visitas em sala de aula visa a aguçar os sentidos e a curiosidade, sensibilizar os estudantes para que a experiência propriamente dita se torne algo marcante, criando até mesmo um momento de ruptura com o cotidiano entre aqueles que habitam a cidade. Parar e desenhar, ou fotografar um lugar por onde passamos cotidianamente, são experiências que permitem um distanciamento necessário para que o novo se apresente e as visões de mundo sejam modificadas. Tal possibilidade pode ser observada em outro trecho de relatório final:

foi interessante, pois nos fez ampliar nossos olhares e perceber coisas que passariam despercebidos quando não se tem conhecimento. Quando cheguei e comecei a andar pelas ruas da cidade, parecia que eu nunca tinha ido lá, pois o meu olhar em relação a ela estava diferente (K.A.L., 2019).

Disponer de tempo para parar e observar sob novos ângulos as coisas simples que nos cercam, sem pressão, olhar as fotografias realizadas nos percursos, recordar e se debruçar à escrita de um relato, são experiências marcantes, educativas em termos profundos, como podemos ler nas palavras de outra estudante:

No Museu Padre Toledo, o som da chuva no telhado, as goteiras, a neblina na serra, sempre captavam meu olhar, através das janelas do museu, parecia a combinação perfeita, já que algumas obras do museu tratam sobre os cinco sentidos humanos. Falando um pouco dos sentimentos e percepções proporcionadas por esses momentos, percebi um ritmo mais lento ao que estamos acostumados hoje em dia. Reservar tempo para contemplar a paisagem da janela da Maria Fumaça e as obras no Museu Padre Toledo, sem se preocupar com a correria do cotidiano. Momentos em que pude observar os animais; o balanço do trem nos trilhos; a serra; a neblina que encobre parte dela; as curvas do percurso; as flores que crescem em meio ao mato; os contrastes da cidade, nas construções e pessoas; a receptividade de quem acena nas ruas da cidade; as conversas com amigos de viagem; as risadas; os silêncios; o querer registrar tudo com fotografias... Enfim, percebo que o maior registro está dentro de nós, momentos que estarão sempre em minhas memórias (V.C.S.P., 2018).

A possibilidade de andar com tempo, calmamente pelas ruas, de fugir do cotidiano assolegado e saborear algumas iguarias da cidade, de parar em pontos estratégicos da caminhada, também foi experimentada e recordada. Essa experiência foi digna de destaque, mesmo entre estudantes naturais de São João del-Rei, mas que habitam bairros mais distantes do casco antigo:

Já fiz passeios semelhantes e com o mesmo objetivo. No entanto, posso afirmar, com certeza, que nenhum é igual ao outro. Há sempre um novo detalhe da História a nos surpreender. A grande novidade deste passeio foi experimentar um prato típico da minha cidade, que apesar de nascida e criada aqui, nunca tinha sequer ouvido falar, tampouco degustar, o “Tijucano”. O pão de queijo tradicional unido ao bolinho de feijão, uma combinação perfeita, típica da farta mesa mineira. Vivenciar o passeio e

desfrutar das tradições locais nos torna mais próximos daquilo que nos identifica e intensifica o nosso sentimento de pertencimento. Isso diminui as distâncias entre o que é patrimônio e nossa vontade-obrigação de preservá-lo. Seja um monumento de pedra e cal, seja um delicioso lanche tradicional. Outra importante iguaria degustada foi o “Picolé do Amado”, feito aos moldes tradicionais de família (V.A.A., 2019).

Não estamos acostumados a aprender saboreando, nem mesmo a refletir sobre os sabores únicos de nossa cidade. Na correria do dia-a-dia, muitas vezes nos alimentamos rapidamente, pouco mastigamos, apenas comemos para nos mantermos de pé e voltarmos apressados a nossas atividades. Degustar um simples lanche popular em silêncio, saborear um picolé artesanal calmamente na companhia dos colegas, ouvir a história de como se produz o alimento, conversar com a pessoa responsável pela cozinha da lanchonete, também pode ser um ato de aprendizado. Não aprendemos somente sentados, olhando e ouvindo o professor dentro da sala de aula. Precisamos estar presentes por completo, de corpo inteiro, integrados com todos os sentidos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES AO FINAL

Para finalizar, recorreremos às impressões de Careri sobre as caminhadas que realizou por algumas das grandes cidades da América do Sul (São Paulo, Salvador, Bogotá, Santiago do Chile):

Simplesmente, o caminhar dá medo e, por isso, não se caminha mais; quem caminha é um sem-teto, um mendigo, um marginal [...] nunca sair de casa a pé, nunca expor o próprio corpo sem uma cobertura, protegê-lo dentro de casa ou no carro, sobretudo não sair depois do anoitecer, encerrar-se [...]. Percebi que, nas faculdades de arquitetura, os estudantes [...] sabem tudo de teoria urbana e de filósofos franceses, acham-se especialistas em cidade e em espaço público, mas, na verdade, nunca tiveram a experiência de jogar bola na rua, de encontrar-se com os amigos na praça, de fazer amor em um parque, de entrar ilegalmente numa ruína industrial, de atravessar uma favela, de parar para pedir uma informação a um transeunte. Que tipo de cidade poderão produzir essas pessoas que têm medo de caminhar? (CARERI, 2013, p. 170-171).

As observações do arquiteto italiano são fortes e perturbadoras. Aproveitamos para acrescentar a elas algumas questões, aludindo ao nosso caso inicial: como projetar uma ciclovia se o arquiteto não sabe nem andar de bicicleta? E, portanto, nunca se aventurou pedalando pelas ruas da cidade?

Além dos arquitetos, outros profissionais também atuam (ou deveriam) atuar na cidade ou a partir da cidade. Considerando essas possibilidades, como ensinar fundamentos importantes para o aprendizado da História e proporcionar a fruição e contribuir para a elaboração do sentimento de preservação do patrimônio, se os professores nunca foram a um museu? Se não conhecem os patrimônios locais?

Moramos e trabalhamos em uma cidade de porte pequeno do interior de Minas Gerais e que, portanto, goza de muitos privilégios: não ser palco da violência como as grandes cidades; possuir uma universidade pública com importante inserção regional; estar situada em uma região em que há diversidade arquitetônica e cultural, com uma infinidade de patrimônios que precisam ser conhecidos e preservados. Assim, “sair da escola” e caminhar pela cidade torna-se menos complicado do que nas cidades grandes. Visitar o centro antigo, outras instituições culturais, ouvir histórias de vida, são práticas que nos permitem integrar os campos do ensino e da extensão, destacando atividades que, de uma forma ou de outra, contribuem para a concepção da cidade, de seus locais de memória e de seus habitantes como possibilidades de experiências que oferecem aprendizados profundos. Indicamos, outrossim, as interfaces da educação na cidade, na relação direta com o patrimônio, na esfera de nossa atuação acadêmica. No geral, a partir de nossas próprias vivências e dos relatos de nossos estudantes, uma experiência vívida – ativa, sensorial, sentimental – do espaço urbano perpassou de modo fundamental os processos e procedimentos envolvidos. Assim, constatamos que o caminhar pela cidade democratiza a informação e a fruição do patrimônio, aproxima os sujeitos e amplia a experiência, tanto acadêmica como cotidiana, alargando horizontes.

Foram ressaltadas em nossa abordagem as relações com o patrimônio e sua preservação. Nesse sentido, cabe notar a necessidade de se ampliar a sua visão, de modo a incluir diferentes dimensões, categorias e interfaces. Embora nossas atividades recaiam sobre o espaço circunscrito aos ditos “centros históricos” de São João del-Rei e Tiradentes, consideramos importante trabalhar para uma extrapolação destes limites. Ora, sabemos que categorias tais como industrial, imigração, rural e natural, entre outras tantas, são parte integrante do sistema de compreensão e fruição das cidades, assim como as diversas manifestações culturais que permeiam a vida cidadina. Acreditamos que o abarcamento dessas noções de patrimônio necessariamente implica a inclusão da diversidade do público e o direcionamento democrático das respectivas informações veiculadas.

Sobressai, nesse contexto, a figura do museu, tanto na sua concepção institucional como conceitual. Entendemos que cabe ao museu extrapolar as suas fronteiras – tanto espaciais quanto institucionais – e se abrir para a cidade e suas possibilidades de patrimônio. Ao fomentar o diálogo com a comunidade na qual se insere e a colaboração com outros agentes, tais como a universidade e escolas de educação básica, o museu potencializa reciprocamente a sua razão de ser e a sua capacidade de ação e transformação social. A colaboração com outras instituições educativas contribui, finalmente, para a própria noção museal do espaço urbano, que se nutre de um esforço comum de valorização de aspectos, como os relativos às memórias, identidades e à diversidade. Todos esses aspectos conferem sentido ao museu e merecem fazer parte dos processos democráticos de patrimonialização.

A escrita desse artigo foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2021, momento no qual a vida que até então conhecíamos foi obrigada a sofrer uma pausa. Em um cenário de verdadeira tragédia mundial, fomos obrigados a ficar em casa. Encontramo-nos trabalhando de forma remota, impossibilitados de estar presencialmente com nossos estudantes, impedidos de ir às ruas, devido à necessidade de isolamento social imposta pela Pandemia de Covid 19. Aproveitamos a pausa na convivência com os que são de fora de nosso núcleo familiar para escrever esse artigo.

Trabalhamos incessantemente diante das telas, dedicamo-nos aos afazeres domésticos, à educação das crianças que se encontram sem poder ir à escola. No fim do dia, nas pausas, conversamos sobre nossas preocupações com o futuro, retomamos nossos diálogos sobre as aulas, os projetos de extensão, a saudade do mundo lá fora, a vontade de estar presencialmente na universidade. Relemos textos e revisitamos trabalhos de nossos estudantes que acumulamos ao longo dessa última década, transformando esse material empírico em fontes documentais. Depois de ler, discutimos, discordamos, concordamos, escrevemos, reescrevemos. Com as reflexões aqui apresentadas, esperamos ter alcançado o objetivo de dar resposta àquele pai e que essa resposta sirva para alertar a muitas outras pessoas que consideram que a educação deve ser realizada confinada entre quatro paredes. As aulas remotas trouxeram outras dimensões para nossas experiências docentes. Mais do que nunca, ficou evidente o quanto nós, seres humanos, precisamos caminhar, sentir e viver experiências significativas, de maneira presencial e coletiva. Diante dos desafios impostos pelas aulas remotas, paramos para lembrar e analisar a docência e reiteramos nossa mais sincera convicção de que, assim que as condições sanitárias o permitirem, ganharemos as ruas com nossos ruidosos grupos de estudantes, pois lugar de aprender é, sim, em imersão na cidade, caminhando, travando relação direta com seus patrimônios, olhos nos olhos.

Referências

- ABREU, Regina. “Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do “mestre da arte”. In: _____; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 83-96, 2009.
- ALMA DA CIDADE. Direção: Daniel Paes; Solange Jobim. Rio de Janeiro: Iracema Filmes, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sG4QfYcD2DA>
- BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 1, n. 1, p. 09-37, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5/4>. Acesso em: 24/09/2021.
- CARERI, Francesco. *Caminhar e parar*. São Paulo: G. Gili, 2017.
- _____. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: G. Gili, 2013.
- CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém-PA. *Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)*, Mossoró/RN, v. 5, n. 1, p. 57-87, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=28953> Acesso em: 24/09/2021.
- CHAGAS, Mário; STORINO, Claudia. Museu, patrimônio e cidade: camadas de sentido em Paraty. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 47, n. 3, p. 71-90, 2014. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4532> acesso em: 24/09/2021.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNSEP, 2006.
- COVERLEY, Merly. *A arte de caminhar: o escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- DE CERTEAU, Michel. “Caminhadas pela Cidade”. In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 157-177, v. 1, 2011.
- DIAS, Diego Nogueira. *‘Estilo’ patrimônio: formação e consolidação de uma identidade nacional em São João del-Rei, Minas Gerais*. 2019. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 59-79.

FORTUNA, Carlos. Caminhar urbano e vivências imprevistas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n. 13, p.137-154, mai./ago. 2018.

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez/ IPF, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência em Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Marcos Vinícius Teles. Sistemas construtivos tradicionais no Brasil: estrutura, recursos e fontes de curso de graduação. In: SEMINÁRIO ARQUITETURA VERNÁCULA, 2, 2020, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2020.

LARROSA, Jorge. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

RUY, Aline Tassarolo; ALMEIDA, Renata Hermany. Museificação territorial: fundamentos de um conceito. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, E202026pt, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6213/5319> Acesso em: 24/09/2021.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

MIRANDA, Sônia Regina de; SIMAN, Lana Mara de Castro. *Cidades, memória e educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

TIRADENTES SOB ÓTICAS. Direção Cássia Palha. São João del-Rei. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=26v-Jl7aXos>

ZITKOSKI, Jaime José. Cidade educadora e emancipação social: o desafio da educação fundamentada numa razão dialógica. *Educação Unisinos*, Porto Alegre, 9(2), p. 179-186, mai./ago. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644420010> Acesso em: 24/09/2021.

ZOLINI, Gustavo Pimenta de Pádua. *A inflexão do conceito de gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte. Os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes*. Dissertação de Mestrado – Escola de Arquitetura, UFMG, 2007.

Notas

- 1 **Christianni Cardoso Morais** - Bacharel e Licenciada em Filosofia pela FUNREI, Mestre em Educação e Doutora em História pela UFMG, Professora Associada do Departamento das Ciências da Educação da UFSJ.
- 2 **Marcos Vinícius Teles Guimarães** - Arquiteto e Urbanista pela UFMG, Mestre em Projeto Arquitetônico pela UNAM, Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela USP, Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ.